

LEI Nº 4242, DE 13 DE MAIO DE 2009

Autoria: Prefeito Municipal

Autoriza doação de área de terreno à empresa
Brasoil Indústria e Comércio de Reciclagens
Ltda. e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à empresa Brasoil Indústria e Comércio de Reciclagens Ltda., CNPJ/MF nº 06.888.574/0001-24, a área de terreno abaixo descrita, situada na Avenida Hilário José Signorini, Área Industrial do Una II, Bairro do Una, cadastrada sob o BC nº 2.8.006.017.001, conforme disposto na Lei Complementar nº 184, de 5 de março de 2008, e suas alterações:

“Com frente para a Avenida Hilário José Signorini, onde mede 47,14m; do lado direito de quem da via de situação observa o imóvel mede 393,61m em dois alinhamentos: o primeiro medindo 68,49m, confrontando com área de propriedade da Prefeitura Municipal de Taubaté, onde possui uma escada hidráulica; daí deflete à esquerda e segue medindo 325,12m, em uma linha sinuosa confrontando com Faixa de Preservação Permanente de propriedade da Prefeitura Municipal de Taubaté; do lado esquerdo de quem da via de situação observa o imóvel mede 450,40m em três alinhamentos: o primeiro medindo 130,00m; daí deflete à esquerda e segue medindo 110,40m; daí deflete à direita e segue medindo 210,00m, confrontando nestes três trechos com propriedade da Prefeitura Municipal de Taubaté; nos fundos mede 96,05m confrontando com a propriedade da Prefeitura Municipal de Taubaté, encerrando no perímetro acima uma área de 35.179,57m².”

Art. 2º A área descrita no art. 1º se destina à construção da instalação de uma unidade da empresa Brasoil Indústria e Comércio de Reciclagens Ltda., que tem

por objeto social a indústria e comércio de reciclagem de resíduos oleosos industriais, químicos e marítimos.

Art. 3º No instrumento de doação da área deverão ser fixadas cláusulas assecuratórias do princípio de reversão total ou parcial das áreas remanescentes, obedecidas as taxas de ocupação previstas no §1º do art. 2º da Lei Complementar nº 184, de 2008, assim como os encargos da donatária e o prazo para sua instalação.

Art. 4º Poderá a donatária dar em hipoteca o imóvel doado, após cumpridas as exigências previstas na legislação e desde que ofertada ao Município garantia real, correspondendo, no mínimo, ao valor da doação, e suficiente a responder pelo fiel cumprimento da escritura.

Art. 5º Caso venha a ser decretada a quebra ou a falência da empresa donatária, e ainda não tenha decorrido o prazo de dez anos a contar da data de lavratura da futura escritura de doação, imediatamente será executada a cláusula assecuratória da reversão do imóvel doado ao patrimônio público municipal, com as acessões e benfeitorias que passaram a integrá-lo, sem qualquer tipo de indenização.

Art. 6º Será concedido à empresa, pelo prazo de quinze anos, a título de incentivo fiscal, além da doação da área e da infraestrutura necessária para sua instalação, esta de acordo com a disponibilidade desta Prefeitura:

I – isenção total do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, a partir da lavratura da escritura de doação onerosa com cláusula de reversão a ser efetivada; e

II - isenção parcial do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a partir da data do efetivo início das atividades na área doada, ficando sujeita a proceder ao seu recolhimento sobre uma alíquota de 2% sobre todos os serviços prestados no Município, de conformidade com o disposto no art. 88, incisos I e II, da Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002.

Art. 7º A empresa donatária somente poderá usufruir dos incentivos fiscais descritos no artigo anterior, se concretizados os números e valores por ela apresentados, constantes dos autos do processo administrativo nº 22.388/08, os quais

foram utilizados pela Municipalidade para obtenção da pontuação que facultou tal concessão.

§ 1º O critério utilizado para a obtenção da pontuação alcançada pela donatária está estabelecido nos artigos 2º, 5º, 6º e 8º, da Lei Complementar nº 184, de 2008, alterada pela Lei Complementar nº 190, de 5 de maio de 2008.

§ 2º A pontuação suscitada no presente artigo dá à empresa uma perspectiva de direito de, em tese, obter a concessão de isenção de IPTU e ISSQN pelo prazo de quinze anos.

§ 3º Caso os números e valores fornecidos pela donatária à Municipalidade venham a ser alterados durante o decurso do aludido prazo isencional, este poderá ser revisto pelo Município, que se prevalecerá do interesse público.

Art. 8º A área descrita no art. 1º está delimitada na planta AD-2498.

Art. 9º As despesas com a execução da presente Lei onerarão a verba orçamentária própria.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Taubaté, aos 13 de maio de 2009, 364º da elevação de Taubaté à categoria de Vila.

Roberto Pereira Peixoto
Prefeito Municipal

Publicada na Área Técnico Legislativa, aos 13 de maio de 2009.

Maria Adalgisa Marcondes Corrêa
Gerente da Área Técnico Legislativa